

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**DIVISÃO REQUISITANTE: Manutenção e Serviços**  
**SOLICITAÇÃO DE COMPRAS: Nº 2025-003039**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1 – Contratação de Empresa Especializada para Serviços de Instalação de Pontos de Ancoragem e Linhas Fixas de Vida, com Fornecimento de Projeto Prévio, Materiais, Mão de Obra, Ferramentas, Máquinas, Equipamentos, EPIs, EPCs, “As Built Digital”, Laudos Certificados, A.R.T e Demais Insumos Pertinentes.**

1.2 – Os serviços serão executados na Sede Administrativa do DAAE, nos seguintes locais:

1.2.1 - Prédio Principal da ETA Fonte (sobrado – telha de barro) – 4 dispositivos de Ancoragem e linhas fixas de vida;

1.2.2 - Prédio da Divisão de Redes de Água e Esgotos (térreo – telha de cimento amianto) – 4 dispositivos de Ancoragem e linhas fixas de vida;

1.2.3 - Prédio do Atendimento ao Público - CAUD (sobrado – telha metálica) – 4 dispositivos de Ancoragem e linhas fixas de vida;

1.2.4 - Prédio da Informática (térreo – telhado verde/cimento amianto) – 4 dispositivos de Ancoragem e linhas fixas de vida;

1.2.5 - Prédio do Almoxarifado (térreo – telha metálica) - 4 dispositivos de Ancoragem e linhas fixas de vida.

1.2.6 – Informamos que os números citados são aproximados devendo a empresa através de profissional devidamente habilitado para tal serviço, definir, de acordo com as técnicas e normas vigentes, determinar o número correto/ideal por prédio de dispositivos de ancoragem e linhas fixas de vida.

1.3 – Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comum (ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 – O prazo de vigência da contratação é de 60 dias contados da Assinatura do Contrato e/ou Emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133 de 2021.

1.5 – O contrato ou outro instrumento oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

3.1 – A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1 – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.1 - Os serviços, objeto desta licitação, só poderão ser efetuados pela licitante que efetivamente se habilitou para a participação do certame, porém será admitida a subcontratação de empresa para a execução dos seguintes serviços:

4.1.1.1 – Locação de máquinas e equipamentos;

4.1.1.2 – Locação de caçambas para acondicionamento de resíduos da construção civil;

4.1.1.3 – Reforço estrutural em estruturas de concreto armado, madeira e metálicas;

4.1.2 - A subcontratada deverá respeitar todas as exigências técnicas para a execução dos serviços em questão. Contudo, em qualquer situação, a licitante vencedora será a única e integral responsável pela execução total do objeto.

4.1.3 - Em nenhuma hipótese haverá relacionamento contratual ou legal da Contratante com a subcontratada.

4.1.4 – Antes do início da execução dos serviços, deverá a Contratada indicar a empresa que será subcontratada para a execução dos serviços indicados neste Termo de Referência e seus Anexos, para anuência da Administração Contratante. A Contratada reserva-se o direito de vetar a subcontratada indicada por razões técnicas ou administrativas.

4.1.5 – Caso seja aceita a indicação da empresa subcontratada, está deverá nessa mesma ocasião, comprovar os requisitos de habilitação exigidos no item REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA do edital.

4.1.6 - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão, ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.1.7 – Ressarcir qualquer dano causado ao DAAE ou a terceiros pela Sub Contratada ou pela Contratada

4.1.8 – O DAAE não fornecerá qualquer insumo para execução dos serviços, ficando sob total responsabilidade da Contratada providenciar todos os materiais, mão de obra, ferramentas, reforços estruturais (se necessários), máquinas, equipamentos, transportes, alimentação, descartes ou qualquer outro item correlato aos serviços.

## **4.2 – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.2.1 – Para assinatura do Contrato, a Contratada deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, que deverá ser apresentada na Gerência de Suprimentos, Contratos e Licitações do DAAE.

4.2.2 – A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.2.3 – Caso a garantia seja prestada na modalidade Seguro-Garantia, a Contratada terá o prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

4.2.4 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na seguinte conta da Autarquia:

. BANCO: 104 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;  
. AGÊNCIA: 0282;

- . OPERAÇÃO: 006
- . CONTA: 00000077-2
- . CNPJ: 44.239.770/0001-67

4.2.5 – Caso a Contratada efetue o depósito da garantia na conta acima referenciada, deverá encaminhar o comprovante do depósito para a Gerência de Suprimentos, Contratos e Licitações – Unidade de Gestão de Contratos ou apresentar o respectivo comprovante na assinatura do contrato.

4.2.6 – No caso de fiança bancária ou seguro-garantia, os efeitos das respectivas apólices, deverão **abranger além dos serviços contratados, as contribuições sociais e previdenciárias e possíveis reclamações trabalhistas** e o prazo de validade do termo ou da apólice **deverá corresponder ao período de vigência do contrato.**

4.2.7 – A caução será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia, **no prazo de até 15 (quinze) dias contados do término do primeiro, após o que o instrumento da apólice de Seguro-garantia ou de Fiança bancária será inutilizado.**

4.2.8 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

4.2.9 – Qualquer alteração na execução do contrato, obrigatoriamente alterará as condições da garantia, devendo o referido instrumento ser apresentado **no ato da assinatura do termo aditivo.**

4.2.10 – Quando da renovação contratual, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia, desde que mantidas as mesmas condições e cobertura da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

4.2.11 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário, a Contratada, dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los, caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

4.2.12 – A não prestação da garantia na forma acima apresentada, equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a Contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

### 4.3 – VISTORIA

4.3.1 - Os licitantes **deverão obrigatoriamente** conhecer os locais onde serão prestados os serviços, bem como as dificuldades existentes. A visita deverá ser realizada até 01 (um) dia útil anterior à data de abertura da sessão. Esta visita técnica deverá ser agendada junto à Divisão de Manutenção e Serviços, no horário das 07h00min as 11h00min, com o Funcionário José Henrique Bonacorsi, através do telefone (16) 3324 9528, com apresentação da devida identificação do representante da licitante.

**4.3.2 – O ATESTADO DE VISITA TÉCNICA devidamente preenchida e assinada deverá constar nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sendo inclusive, considerando como requisito para HABILITAÇÃO da licitante, conforme autoriza o §2º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.1 – Início da execução do objeto: Até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho e término para conclusão dos serviços em 60 (sessenta) dias.**

5.1.1.2 – A proponente vencedora do certame deverá:

- (a) Apresentar o projeto prévio individual por prédio, contendo todas as informações necessárias e condizentes com o escopo do objeto, inclusive quando necessário, os reforços estruturais em concreto armado, estruturas metálicas e de madeira existentes, para a perfeita instalação dos pontos de ancoragem e linhas fixas de vida, promovendo sua perfeita, e mais importante, segura aplicação durante a utilização pelos funcionários que necessitarem, seja da Autarquia ou de prestadoras de serviços;
- (b) Proceder à integração de todos os funcionários que trabalharão nos serviços conforme previsto no Anexo V – Procedimento P-30 DRH, parte integrante deste termo;
- (c) Designar um Engenheiro / Técnico com experiência no assunto a que se refere o objeto contratado para acompanhamento diário do andamento dos serviços, das tratativas necessárias quanto aos seus colaboradores, máquinas, ferramentas, equipamentos em geral, transportes, descartes e todo assunto que necessite de sua intervenção;
- (d) Executar todo e qualquer serviço em consonância com a NR-35 e demais normas vigentes atualizadas que regem os serviços da construção civil, em específico, dos serviços em altura;
- (e) Fornecer e aplicar materiais de qualidade comprovada seja nos reforços estruturais (quando necessários), mas principalmente nos Pontos de Ancoragem e Linhas Fixas de Vida;
- (f) Fornecer toda a mão de obra, materiais, máquinas, ferramentas, equipamentos, EPIs, EPCs, transportes, alimentação, uniformes e demais insumos pertinentes e necessários para a perfeita execução dos serviços;
- (g) Providenciar, se necessário, caçambas metálicas para colocação dos resíduos resultantes dos serviços executados, bem como ao final da utilização das mesmas, descarta-las ou fazer descarta-las em locais apropriados e devidamente autorizados (licenciados) pelo Município, com todos os custos inerentes à operação de responsabilidade da Contratada;
- (h) Ressarcir todo e qualquer dano causado ao DAAE ou a terceiros;
- (i) Fazer relatório fotográfico individual para cada prédio, com no mínimo uma foto por fase em cada serviço (início, meio e fim), o qual deverá ser anexado à medição na entrega final do objeto, juntamente com demais documentos pertinentes;
- (j) A cada prédio concluído, após o término dos serviços, efetuar a limpeza final geral, devendo ainda durante sua execução, manter o canteiro de obra totalmente limpo e seguro;
- (k) Evitar / prevenir a ocorrência de todo e qualquer risco de acidente que possa ocorrer com seus colaboradores e / ou funcionários, veículos, equipamentos e materiais da Autarquia que estejam em áreas abaixo e ao redor dos locais onde serão instalados os pontos de ancoragem e linhas fixas de vida;
- (l) Fazer sinalizações de segurança (quando necessário) nos locais e arredores onde serão executados os serviços;
- (m) Acatar de imediato as observações e apontamentos da Fiscalização e do Sesmt do DAAE que venham a corroborar para o bom andamento dos serviços.
- (n) Recolher A.R.T. – Anotação de Responsabilidade Técnica bem como laudos certificados do teste de capacidade de carga das linhas fixas de vida / pontos de ancoragem para cada indivíduos para cada prédio.

## 5.2 – LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2.1 – Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Domingos Barbieri, 100 – Fonte Luminosa – Araraquara – SP;

5.2.2 – Os serviços serão prestados no seguinte horário: Em dias úteis, de segunda a sexta feira, das 07:00 as 17:00 horas.

## 5.3 – MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.3.1 – Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades comprovadas a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

O Cabo de Aço é um componente crucial de uma linha de vida utilizada como parte de um Sistema de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ) e é utilizado em uma variedade de contextos, desde a construção e manutenção de edifícios, indústria de petróleo e gás, estruturas de silos, telhados em geral entre outras atividades e setores. De nada adianta o trabalhador receber e utilizar o cinturão tipo paraquedista se este não estiver conectado a uma ancoragem capaz de suportar os esforços em caso de uma queda. As normas regulamentadoras, em especial a NR-35 que estabelece os requisitos mínimos para trabalho em altura determina a obrigatoriedade da adoção de um SPIQ em todo momento que o trabalhador estiver exposto ao risco de queda. Os cabos de aço mais utilizados em linhas de vida em um SPIQ são os cabos de aço galvanizado, oito mm (5/16"), na especificação: 6×19, podendo ser constituído de alma de fibra (AF) ou alma de aço (AA), sendo a alma de aço a mais indicada pela maior durabilidade do produto. Outras especificações de cabo de aço podem ser utilizadas, desde que o projetista ou fabricante da linha de vida determine e que seja compatível com os esforços gerados durante a queda de um ou mais usuários. Existe ainda a opção do cabo de aço inoxidável, que garante uma longevidade ainda maior do produto.

A NR-35 estabelece 3 opções de requisitos para linhas de vida horizontais flexíveis. Podem ser certificadas ou fabricadas conforme a norma ABNT NBR 16.325-2 que determina que todos os componentes da linha de vida devem ser ensaiados considerando este conjunto de componentes. Estes testes são de resistência estática, dinâmico simulando uma queda, de integridade após uma queda, de deformação antes de uma queda, ensaio de corrosão para garantir uma durabilidade mínima das partes metálicas, além de exigências de marcações nas peças e de requisitos mínimos a serem incluídos no manual de utilização, inspeção, manutenção e reparo. Neste caso o cabo de aço a ser utilizado deve ser apenas aquele indicado pelo fabricante da linha de vida. Também é possível optar por linhas de vida horizontais projetadas, nas quais um Profissional Legalmente Habilitado deve dimensionar e especificar todos os componentes do SPIQ, seguindo parâmetros técnicos normativos. Esse dimensionamento envolve cálculos rigorosos que garantem que, em caso de queda, todos os elementos do SPIQ sejam capazes de suportar as cargas aplicadas, ao mesmo tempo em que impedem que o trabalhador colida com estruturas inferiores. Essas cargas dificilmente podem ser estipuladas com exatidão sem a ajuda de ensaios dinâmicos especificados na NBR 16325, o que faz com que muitos projetistas superestimem os cabos e suas fixações. Já para as linhas de vida verticais o dimensionamento e especificação do cabo de aço devem ser determinados pelo fabricante do trava-queda deslizante. Embora não exista uma norma específica para cabos de aço de linha de vida, a norma ABNT NBR ISO 2408 estabelece requisitos abrangentes para a fabricação, testes, aprovação, embalagem, marcação e emissão de certificados de qualidade para cabos de aço.

Além do cabo de aço, linhas de vida normalmente contam com sistemas de fixação (o mais comum grampo tipo U), sapatilho (para manter um raio de curvatura adequado), esticadores e indicadores de tensão, absorvedores de energia para limitar as cargas repassadas para estruturas, além de interfaces como postes e elementos de fixação destes na estrutura (chumbadores, parafusos, etc).

Os suportes para linhas de vida devem ser feitos de aço galvanizado ou aço inoxidável, que são materiais de alta resistência à corrosão e tração, para garantir a segurança e durabilidade do sistema, de acordo com a Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) 16325, que estabelece os requisitos para sistemas de ancoragem em trabalho em altura.

Os suportes de fixação devem ser projetados para resistir a cargas elevadas, garantindo que a linha de vida seja segura e estável. Os conectores passantes devem ser feitos de um material com alta resistência e certificado, sendo o aço a escolha usual para estes componentes que fazem a ligação do cabo com os pontos de fixação.

**Os pontos de ancoragem e os suportes devem ser capazes de suportar cargas de 1.500 kg ou mais, de acordo com a normativa vigente, e devem ser dimensionados por um profissional legalmente habilitado.**

De acordo com as normas para linhas de vida, é obrigatório o uso de três grampos do tipo Crosby (pesados) em cada extremidade do cabo de aço para formar um olhal seguro e evitar que o cabo escorregue, sendo à base do grampo na parte viva do cabo e o "U" na parte morta do cabo.

Grampo Crosby é um grampo de fixação de cabo de aço, utilizado para formar laços (olhais) seguros. Para linhas de vida, o tipo pesado, galvanizado a fogo, é o mais utilizado por ser mais resistente. A base do grampo (a parte sem o "U") deve ficar apoiada na parte viva do cabo, enquanto a parte que tem o "U" (o parafuso) deve ficar sobre a parte morta do cabo. Os grampos devem estar posicionados corretamente e respeitando o espaçamento entre eles.

#### **5.4 – ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

5.4.1 – O prazo de garantia contratual do serviço, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) será de, no mínimo **12 (doze)** meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. É vedada a utilização de aplicativos de mensagem.

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **6.6 – PREPOSTO**

6.6.1 – O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contrato.

6.6.2 – O Contratado deverá manter o preposto da empresa no local da execução do objeto, pelo período que perdurarem os serviços.

6.6.3 – O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## **6.7 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.7.1 – A gestão e fiscalização do respectivo contrato serão realizadas pelos seguintes servidores:

. FISCAL DO CONTRATO: Sérgio E. Da Silva Mussato – MATRÍCULA Nº 1296 – nomeado pela Divisão de Manutenção e Serviços.

. GESTOR DO CONTRATO: Engº. Hamilton Leo Zenti – MATRÍCULA Nº 730 – Chefe da Divisão de Manutenção e Serviços.

6.7.1.1 – No caso de ausência dos servidores designados no item acima, ficam designados os servidores como substitutos:

. FISCAL DO CONTRATO: José Henrique Bonacorsi – MATRÍCULA Nº 1303 – nomeado pela Divisão de Manutenção e Serviços.

. GESTOR DO CONTRATO: João Roberto M. Pasenow – MATRÍCULA Nº 947 – da Divisão de Manutenção e Serviços.

### **6.7.2 – CABE AO FISCAL DO CONTRATO:**

. Acompanhar a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para saná-la;

. Informar ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor;

. Comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

. Solicitar da contratada, a entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

- . Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- . Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- . Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

#### **6.7.3 – CABE AO GESTOR DO CONTRATO:**

- . Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- . Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- . Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- . Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- . Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções previstas no artigo 156 inciso III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e encaminhar o respectivo processo para a Unidade de Gestão de Contratos;
- . Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- . Enviar a documentação pertinente para o procedimento de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. PAGAMENTO**

7.1 – Os preços são irrevogáveis por um período de 12 (doze) meses, e incluem todas as taxas ou despesas adicionais, tais como transporte, carga, descarga de equipamentos, funcionários, e demais despesas. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

7.2 - Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

7.3 - Em caso de renovação contratual, o índice a ser aplicado para o reajuste contratual será o IPCA/IBGE acumulado no período.

7.4 - Para solicitar a repactuação, a Contratada deverá observar o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

7.5 – A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção, ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.6 – O prazo para resposta ao pedido de repactuação mencionado na cláusula anterior será de 01 (um) mês contado da data do fornecimento da documentação acima mencionada.

7.7 - A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura deverá ser emitida em nome da Licitante Vencedora e acompanhar a execução do material, destacando em seu corpo o número de contrato/empenho, a modalidade licitatória e o número da licitação.

7.8 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: [hlzenti@daae-araraquara.com.br](mailto:hlzenti@daae-araraquara.com.br) / [nfe@daae-araraquara.com.br](mailto:nfe@daae-araraquara.com.br)

7.9 - Também vinculada à fatura, a licitante vencedora deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a licitante vencedora deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

7.10 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas.

7.11 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo a licitante vencedora informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

7.12 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à execução do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE exclusivamente o pagamento da importância contratada.

7.13 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

7.14 – Após a conclusão dos serviços e aceite da Autarquia, a Contratada deverá protocolar a medição incluindo toda documentação pertinente, inclusive o relatório fotográfico (colorido), através de ofício endereçado ao Superintendente do DAAE. O protocolo deverá ser efetuado na Divisão de Administração da Autarquia.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 - Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 – Dos tipos de multa:

- a) **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato/ata, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato/ata.
- b) **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato/ata, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato/ata.

8.4 - A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5 - Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

8.8 - A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1 - Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

8.9.2 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.10.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.10.2 - as peculiaridades do caso concreto;
- 8.10.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.4 - os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei.

8.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1 – O Fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **9.2 - REGIME DE EXECUÇÃO**

9.2.1 – O regime de execução do objeto será de *empreitada por preço global*.

9.3 – O valor estimado da presente contratação é de R\$ 206.615,00 (duzentos e seis mil seiscentos e quinze Reais).

### **9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL/PROFISSIONAL**

9.51 - Registro OU Inscrição da proponente na entidade profissional competente, da localidade da sede da proponente;

9.5.2 - Para a comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado (s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que correspondem em aproximadamente 50 % do quantitativo do objeto contratual, admitindo-se a somatória de atestados concomitantes, inclusive, tendo como parcela de maior relevância:

**. Instalação de 15 (quinze) pontos de ancoragem para linhas fixas de vida em estruturas elevadas do solo.**

## **10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1 – As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



## **11. DOS ANEXOS**

### **11.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

11.1.1 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

11.2 – Anexo II – Planilha de Composição de Preços;

11.3 – Anexo III – Planilha Estimativa de Preços;

11.4 – Anexo IV – Análise de Risco;

11.5 – Anexo V – Procedimento P30 – Contratação de Obras e Serviços de Engenharia

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 8 DE SETEMBRO DE 2025.

---

Responsável pela Elaboração do  
Termo de Referência

---

Responsável pela Aprovação do  
Termo de Referência